



4610 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE DO CAMPO NO BRASIL
Gláucia Maria Ferrari - UFF - Universidade Federal Fluminense

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE DO CAMPO NO BRASIL

Resumo: De maneira geral, as políticas públicas com foco na juventude brasileira configuram-se como um campo ainda em construção, especialmente quando se fala em jovens do campo. Entretanto, o país já acumula algumas iniciativas e experiências que serão sintetizadas neste trabalho, tendo como marco a criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), no ano de 2005.

Palavras-chave: Juventude do campo, Políticas públicas, Projeja, Projetos de vida.

1. Introdução

As reflexões propostas neste trabalho fazem parte das discussões estabelecidas em uma pesquisa de doutorado em educação em andamento, cujo objeto central relaciona-se à compreensão dos projetos de vida de jovens do campo, egressos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (*Projeja*), desenvolvido em articulação com a Pedagogia da Alternância.

Como base em estudo bibliográfico e sob a compreensão da juventude do campo como sujeito de direitos, este trabalho visa a apresentar, brevemente, algumas iniciativas e programas focalizados neste segmento, implementados na esfera governamental nos últimos anos, tendo como marco a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ).

A construção do texto se dá mediante o questionamento das políticas públicas^[1] como instrumentos determinantes no desenvolvimento dos projetos de vida^[2] dos jovens do campo e da importância de destacar o seu caráter excludente por nem sempre considerarem as peculiaridades dos sujeitos para os quais se destinam, podendo diferir das condições de vida e, por vezes, dos planejamentos dos sujeitos em seus determinados contextos e realidades.

2. Relações entre jovens do campo e políticas públicas

As demandas juvenis têm ocupado, em tempos recentes, as pautas e agendas políticas do próprio governo e, principalmente, de movimentos sociais ligados à juventude que demonstram persistência em reivindicar um lugar de destaque no processo de desenvolvimento do país. Essas reivindicações são atravessadas, segundo Novaes (2015) por distintas situações de desigualdades e vulnerabilidades e se concretizam na luta pelo direito ao trabalho, à educação, à preservação ambiental, à cultura, ao esporte, ao lazer e à própria participação política.

Castro e Barcellos (2015, p. 550) ajudam a compreender que, no que se refere aos jovens do campo, a reivindicação por políticas é acrescida pelos “constrangimentos vividos pela condição de ser e estar jovem no contexto rural e desenvolver seus projetos de vida” em um contexto vinculado ao atraso, que muito contribuiu para a carência de serviços básicos no campo. Não obstante, os autores explicam que, em um período recente, o processo de migração do meio rural para as cidades passou a ser associado às preocupações políticas relativas à juventude brasileira, perdendo força a tendência de compreendê-lo como “destino certo no Brasil”, passando a ganhar visibilidade a necessidade de analisá-lo a partir de diferentes questões e interpretações (sociais, econômicas, culturais, de gênero de identidade).

3. Breve panorama das ações destinadas à juventude do campo no Brasil

Como importante ação no contexto das políticas públicas voltadas à juventude no Brasil tem-se a criação da SNJ que, em conjunto com a constituição do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), representam um marco histórico na participação dos jovens do campo, designando a participação de movimentos sociais no conjunto de representantes da sociedade civil, expressando, assim, a preocupação sobre a diversidade da população que vive no e do campo (agricultores familiares, indígenas, quilombolas, jovens, mulheres, etc). Em meio ao processo de criação de instâncias e programas políticos que incluem a juventude em suas pautas e, a partir da perspectiva de compreender os povos e a juventude do campo como sujeitos de direitos, foram gerados espaços de discussão e ações que, de alguma forma, se direcionavam aos jovens do campo.

a) Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem): O Projovem é considerado por muitos estudiosos do tema como uma das principais iniciativas para a juventude constituídas nos últimos anos. Criado em 2005, a partir da integração de vários outros programas de governo, o Projovem tinha como público-alvo jovens entre 15 e 29 anos, com ensino fundamental completo e sem vínculo empregatício e visava ampliar o atendimento aos que se encontravam

excluídos da escola e dos processos de formação profissional. No ano de 2008, o Programa fora ampliado para as modalidades Adolescente, Urbano, Trabalhador e Campo. O Projovem Campo – Saberes da Terra visava à escolarização em nível fundamental integrada à qualificação profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) de jovens agricultores familiares em regime de alternância.

b) Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) jovem: Os Programas foram criados em 2004, surgindo como resposta às demandas dos movimentos sociais do meio rural, sendo considerados na história recente “como as políticas que trouxeram à tona os temas da juventude e geração nos espaços de debate institucional e nas políticas públicas” (CASTRO e BARCELLOS, 2015, p. 557). Atuam na oferta de financiamento de crédito, destinado a jovens rurais, filhos e filhas de agricultores, estudantes de Escolas Agrotécnicas e Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), que tenham o desejo de desenvolverem seus projetos de vida no meio rural.

c) Comitê Permanente de Juventude Rural e Grupo de Trabalho de políticas públicas em Juventude Rural (GTJR): Espaços de diálogo, criados respectivamente no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da SNJ, em conjunto com segmentos da sociedade civil organizada, para a discussão e a formulação de ações públicas direcionadas à juventude rural.

d) Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (Pronera): Direcionado aos assentados das áreas de Reforma Agrária, nos quais se inserem os jovens, sob o desenvolvimento de atividades relacionais à alfabetização de adultos, ensinamentos fundamental e médio, ensino profissionalizante de nível médio e cursos superiores de graduação e pós-graduação. Identificado por estudiosos como elemento fundamental na luta pela terra e pelo direito à educação no campo, O Pronera foi criado a partir da demanda dos movimentos sociais por educação no meio rural e a situação deficitária da oferta educacional no campo, agravada pela ausência de uma política pública específica para o campo.

e) Programa Nacional de Educação no Campo (PRONACAMPO): Criado em 2012, o PRONACAMPO se constitui em um conjunto de ações voltadas ao acesso e à permanência na escola, ao direito à aprendizagem e à valorização do universo cultural das populações do campo, mediante apoio técnico e financeiro para a ampliação do acesso e qualificação da oferta da educação básica e superior, melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, formação inicial e continuada de professores, produção e disponibilização de material específico aos estudantes do campo em todas as etapas e modalidades de ensino.

f) Estatuto da Juventude: Importante instrumento legal que dispõe sobre os direitos dos jovens brasileiros e os princípios que devem respaldar a formulação das políticas públicas para a juventude. Castro e Barcellos (2015, p.557-565) destacam que o Estatuto da Juventude faz menções à juventude rural e que, a partir deste momento, a temática “passou a ocupar mais espaços de discussão sobre a juventude no Brasil”

g) Programa Territórios da Cidadania: Embora não se apresente como programa destinado especificamente aos jovens rurais, cabe o destaque ao Programa Territórios da Cidadania, compreendendo que a coesão identitária dos municípios que constituem os Territórios [\[3\]](#) contribui na construção de uma pauta política específica para a juventude das regiões, possibilitando sua participação nas ações que visem promover o desenvolvimento das comunidades, em especial, das comunidades rurais.

h) Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA): Criado para atender ao público jovem que demanda a EJA, em função das altas taxas de abandono e de distorção idade-série, o PROEJA vem sendo desenvolvido em articulação com a Pedagogia da Alternância em diversas instituições de educação profissional, visando o atendimento apropriado a jovens e adultos do campo e à valorização de seus modos de vida.

i) Diagnóstico Juventude Rural: Concluído ao final de 2018, o Diagnóstico da Juventude Rural refere-se a uma ação que buscou investigar e descrever a situação atual dos jovens do campo de todo o território brasileiro, visando subsidiar o estabelecimento de diretrizes para a (re)formulação de políticas direcionadas às principais demandas desse segmento e promover ações voltadas para a melhoria das condições de vida no campo, o fortalecimento da agricultura familiar e sustentável e a permanência no campo.

4. Para continuar refletindo...

Como um primeiro olhar para as políticas públicas voltadas aos jovens do campo, a construção deste trabalho possibilita reconhecer o movimento das ações e sua potencial influência na melhoria do nível de vida social e econômico das famílias e juventudes camponesas, podendo interferir no campo de possibilidades, em suas escolhas e projetos de vida. Entretanto, é importante destacar que esse debate é atravessado por desafios que determinam sua fragmentação ou continuidade, persistindo nesse sentido a necessária articulação das ações entre as diversas instâncias das políticas setoriais (NOVAES, 2015). Ademais, é oportuno ressaltar que as iniciativas voltadas para a juventude do campo precisam partir de perspectivas que visem a garantia do direito e acesso à terra e às condições materiais para a geração de trabalho e renda, o desenvolvimento rural que prime pela redução das desigualdades entre a cidade e o campo e no próprio campo, a construção de um modelo agrícola que se baseie na reprodução da vida como princípio organizador da agricultura e que ofereça perspectivas concretas de uma vida digna no campo, a superação das carências relacionadas ao lazer, à cultura e à saúde no campo e a um processo educativo diferenciado, público e de qualidade que lhes permitam atuar sobre o seu meio de forma produtiva e responsável.

Na contramão deste argumento, denuncia-se aqui as ações adotadas na história recente do país e o atual contexto de perdas de direitos em que vive a sociedade brasileira, que colocam em risco as conquistas históricas dos povos do campo,

como o intenso processo de fechamento de escolas no campo, o licenciamento recorde de produtos tóxicos para a produção agrícola e a violência no campo que vem exterminando comunidades tradicionais e demonstrando o desrespeito com a diversidade e com sua cultura e modos de vida.

Referências Bibliográficas

CASTRO, Elisa Guaraná de; BARCELLOS, Sérgio Botton. Políticas públicas par a juventude rural brasileira. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 549-570.

HOFILING, Eloísa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em jun.2018.

NOVAES, Regina. Políticas públicas de juventude: entraves, balanços e perspectivas. *Coletiva*, n. 17, set/out/nov/dez, 2015. Disponível em <<http://diretoriodepesquisasnj.ibict.br/vivo/display/n11545>>. Acesso em jun.2018.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

[1] A partir de Hofling (2001, p.31), compreende-se como política pública as ações “de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada”.

[2] A noção de projeto de vida na qual o trabalho se ancora, parte das relações entre as perspectivas futuras e as experiências vividas no presente e também no passado, compreendendo que a explicação para comportamentos e aspirações do sujeito encontra-se na trajetória e não apenas no fim (VELHO, 2004).

[3] Os Territórios de Cidadania são constituídos por um conjunto de municípios que possuem afinidades econômicas, sociais, ambientais geográficas, culturais, entre outros aspectos, o que facilita o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento da região.